

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 24.734.2018-00

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão nº. 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC, exarada nos autos do Processo nº. 23.942.2017-01 (Inspeção na Prefeitura Municipal de Tarauacá para verificação da existência de Atos Nulos e Descumprimento de Medidas Disciplinadas pela LRF, em face do Decreto nº 83/2017 – Pagamento de dois salários mínimos a servidores públicos)

RESPONSÁVEL: Marilete Vitorino de Siqueira

PROCURADOR: -

RELATOR: Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza

ACÓRDÃO Nº 11.241/2019

PLENÁRIO

EMENTA: Recurso de Reconsideração. Conhecimento. Negado Provimento. Mantida a Decisão Recorrida. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** da Conselheira-Substituta-Relatora: **a)** pelo **conhecimento** do presente recurso, por ser próprio e tempestivo, para no mérito **negar-lhe provimento**, mantendo-se *in totum* a decisão proferida no Acórdão nº. 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC; **b)** pela **notificação** da Senhora **Marilete Vitorino de Siqueira**, Prefeita do Município de Tarauacá, para tomar conhecimento do teor desta decisão. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Divergiu** a Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia que votou pelo conhecimento e deu provimento ao presente recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

Rio Branco – Acre, 09 de maio de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Presidente do TCE/AC

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 24.734.2018-00

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão nº. 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC, exarada nos autos do Processo nº. 23.942.2017-01 (Inspeção na Prefeitura Municipal de Tarauacá para verificação da existência de Atos Nulos e Descumprimento de Medidas Disciplinadas pela LRF, em face do Decreto nº 83/2017 – Pagamento de dois salários mínimos a servidores públicos)

RESPONSÁVEL: Marilete Vitorino de Siqueira

PROCURADOR: -

RELATOR: Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, em face da decisão contida no Acórdão nº. 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC, exarada nos autos do Processo nº. 23.942.2017-01 (Inspeção para verificação da existência de Atos Nulos e Descumprimento de Medidas Disciplinadas pela LRF, em face do Decreto nº 83/2017 – Pagamento de dois salários mínimos a servidores públicos). O referido processo foi apreciado na 1.327ª Sessão Ordinária realizada em 28 de junho de 2018.

2. No acórdão, a Corte decidiu, por maioria:

1) Pelo reconhecimento da nulidade dos atos praticados pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, que resultou na geração de despesa irregular e lesiva ao patrimônio público, pelo aumento da despesa com pessoal no período apurado, com fundamento no artigo 21, I, da Lei Complementar nº 101/2000;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

2) Pelo reconhecimento da Nulidade dos atos praticados pelo Ex-Prefeito, Senhor Rodrigo Damasceno Catão, que resultaram na assunção de obrigação de despesa irregular e lesiva ao patrimônio público, com o aumento da despesa com pessoal, no período apurado, com fundamento no artigo 21, I, da Lei Complementar nº 101/2000;

3) Pela aplicação de multa, à Sra. Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita Municipal de Tarauacá, com fundamento no art. 5º, IV, da Lei nº 10.028/2000 e na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, incisos II e III, e no Princípio da Razoabilidade, no valor de R\$ 14.280,00 (catorze mil, duzentos e oitenta reais), a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, em virtude de: a) não adequação da despesa com pessoal ao limite legalmente previsto; b) prática de atos que resultaram em reajuste salarial, implicando em aumento da despesa com pessoal que já se encontrava acima do limite máximo permitido para tal ato;

4) Tendo em vista a despesa de pessoal da Prefeitura de Tarauacá se encontrar em 57,46% da RCL, notificar a atual Gestora para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, proceda à correção das irregularidades e nulidades constatadas no presente feito, de tudo dando ciência e este Tribunal de Contas;

5) Notificação à Prefeita de Tarauacá para que suste os pagamentos futuros relativos ao reajuste salarial implementado pelo Decreto nº 83/2017, sob pena de devolução dos valores pagos;

6) Pelo acompanhamento por parte da DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – DAFO desta decisão;

7) Pela abertura de processo autônomo para apurar responsabilidade do Ex-Prefeito, Rodrigo Damasceno Catão, caso ainda não tenha sido feito;

8) Pelo encaminhamento desta decisão ao Ministério Público Estadual, à Presidência do Tribunal de Justiça e a Câmara Municipal de Tarauacá. Após pelo arquivamento.

3. A recorrente foi notificada do acórdão em questão por meio do Diário Eletrônico de Contas nº 933, de 31/08/2018, conforme se observa à fl. 58 do Processo nº. 23.942.2017-01. Insatisfeita com o teor do julgado, protocolizou de forma tempestiva, o presente Recurso de Reconsideração.

4. No pedido de fls. 02/12, a reclamante alega em síntese:

4.1. Que o Plenário desta Egrégia Corte concluiu pela nulidade do ato da gestão anterior que criou a Lei Complementar Municipal nº 005, de 29 de dezembro de 2014, contudo, em nenhum momento foi oportunizado o contraditório e ampla defesa ao Senhor Rodrigo Damasceno Catão, Ex-Prefeito, fato que no seu entendimento, enseja a nulidade absoluta do processo TCE nº 23.942.2017-01;

4.2. Que não praticou qualquer ato ilegal, pelo contrário, aplicou lei já aprovada e sancionada anteriormente;

4.3. Que o Acórdão do TCE nº 10.810/2018 conflita diretamente com diversas causas já julgadas pelo Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Tarauacá que garantem a permanência dos servidores no cargo com recebimento de dois salários mínimos, o que motivou a emissão do Decreto Municipal nº 83/2017 para assegurar a isonomia salarial, bem como o cumprimento das decisões judiciais;

4.4. Argumentou, ainda, que há desproporcionalidade da medida adotada no Acórdão do Tribunal, visto que a gestão atual está cumprindo com rigor os objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a redução da despesa com pessoal;

4.5. Ao final, requer o conhecimento do presente recurso de reconsideração para, no mérito, anular a Decisão proferida no Acórdão impugnado diante da ausência de notificação do Senhor Rodrigo Damasceno Catão.

5. A área técnica examinou a documentação apresentada pela requerente e emitiu o Relatório de fls.19/26.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

6. O Ministério Público de Contas se manifestou por meio de seu ilustre Procurador Sérgio Cunha Mendonça à fls. 31/33.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 03 de maio de 2019.

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 24.734.2018-00

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão nº. 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC, exarada nos autos do Processo nº. 23.942.2017-01 (Inspeção na Prefeitura Municipal de Tarauacá para verificação da existência de Atos Nulos e Descumprimento de Medidas Disciplinadas pela LRF, em face do Decreto nº 83/2017 – Pagamento de dois salários mínimos a servidores públicos)

RESPONSÁVEL: Marilete Vitorino de Siqueira

PROCURADOR: -

RELATOR: Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA-SUBSTITUTA MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA (Relatora):

Trata o caso em exame de Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Marilete Vitorino de Siqueira, Prefeita do Município de Tarauacá, em face da decisão contida no Acórdão nº. 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC, que decidiu pela nulidade dos atos que elevaram a despesa total com pessoal do Poder Executivo, sem observância do que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A gestora recorre da multa que lhe foi atribuída no valor de R\$ 14.280,00 (catorze mil duzentos e oitenta reais) pela emissão do Decreto nº 83, de junho de 2017, quando a despesa total com pessoal encontrava-se acima do limite legal permitido. O referido Decreto regulamenta o pagamento de salários previstos na Lei Complementar Municipal nº 005, de 29 de dezembro de 2014, que Institui o Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos servidores do Poder Executivo de Tarauacá.

Em suas alegações, a recorrente também reclama e requer a nulidade do julgado, uma vez que ao gestor que a antecedeu no cargo e que deu origem ao aumento dos gastos com pessoal com a aprovação da referida lei, não foi oportunizado o princípio do contraditório e ampla defesa.

As análises técnicas comprovaram que tanto na ocasião da aprovação da Lei nº 005/14, quanto na emissão do Decreto nº 83/17, a despesa total com pessoal daquele Poder encontrava-se acima do limite máximo permitido e nenhuma medida de correção que comprove a adequação às exigências previstas no parágrafo único, art. 22, da Lei Complementar 101/2000 foi apresentada a este Tribunal.

Assim, diante dos fatos relatados e considerando que a responsabilidade do Senhor Rodrigo Damasceno Catão, Ex-Prefeito de Tarauacá, será apurada em processo autônomo por determinação contida no item **7** do **Acórdão nº 10.810/2018/PLENÁRIO-TCE/AC** e, ainda, que a reclamante não trouxe aos autos nenhum documento capaz de modificar o fundamento da decisão, **voto**:

1. Pelo **conhecimento** do presente recurso, por ser próprio e tempestivo, nos termos dos artigos 67, inciso I, e 68, ambos da LCE nº 38/93, para no mérito **negar-lhe provimento**, mantendo-se inalteradas as decisões do aresto recorrido;
2. Pela **notificação** da Senhora **Marilete Vitorino de Siqueira**, Prefeita do Município de Tarauacá, para tomar conhecimento do teor desta decisão; e
3. Pelo **arquivamento** do processo após as formalidades e estilo.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 03 de maio de 2019.

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Relatora